



## **Redes de relações, grupos políticos e políticas públicas: uma história dos consórcios de saneamento básico da Grande Aracaju<sup>1</sup>**

Moisés Cruz Souza<sup>2</sup>

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

### **Resumo**

É bastante frequente que se pense o Estado como algo sobretudo burocrático e racionalizado. O presente trabalho objetivou apresentar uma narrativa da constituição do Consórcio de Saneamento Básico da Região da Grande Aracaju – CONSBAJU sustentada na percepção de que as ações do Estado e da política, muito além de constituírem-se em uma esfera autônoma e isolada, agem em intrínseca relação com outras esferas sociais, sobretudo a partir de redes de relações pessoais propensas a constituição de diferentes Grupos políticos em aliança e conflito. Valeu-se, metodologicamente, da catalogação, codificação e análise de um total de 282 notícias, do período entre 2002 e 2018, retiradas de alguns dos mais importantes jornais eletrônicos de Sergipe, bem como da realização de duas entrevistas semiestruturadas com atores-chaves da implementação da referida política e da observação etnográfica de eventos relevantes ao tema. Como resultados, obteve uma narrativa da história de consolidação do CONSBAJU que aponta para a necessidade de se compreender dois momentos históricos distintos política e simbolicamente e demarcados pela lei 12.305/2010. Cada um destes momentos deve ser compreendido pela atuação de diferentes grupos não restringíveis à esfera da política partidária, muito embora ligados a ela, e notadamente marcados pela presença do poder judiciário, através do Ministério Público e dos Tribunais de Justiça e da ação de grupos ligados à Universidade e seus Grupos de Pesquisa. Conclui com a verificação da observância das redes de relações sociais e do seu potencial de constituir e interligar grupos políticos para a análise das Políticas Públicas.

**Palavras-chave:** lobortis; egestas; sociologia.

### **Introdução**

Com o advento da lei 12.305 de agosto de 2010 e do decreto nº 7.404 de dezembro do mesmo ano, a chamada Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, além de outras normas, uma série de imposições são postas, sobretudo à incumbência dos municípios. Dentre elas, o fechamento de todos os lixões em prazo determinado, bem como a disposição correta dos resíduos, com tratamento, reciclagem, compostagem, recuperação de gás nos aterros, planejamento e iniciativas de recuperação de custos. No Brasil, é de competência do município a gestão dos resíduos sólidos urbanos e do serviço público de limpeza. O problema é

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 02 – Dinâmicas de poder e práticas políticas do III Seminário Nacional de Sociologia UFS, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

<sup>2</sup> Graduando do Departamento de Ciências Sociais - Bacharelado da UFS, e-mail: cruzmoises@ufla.br



que a maior parte dos municípios brasileiros, especialmente os de pequeno porte, tem dificuldade para implementar estas ideias, tendo em vista a falta de recursos, de planejamento e a capacidade técnica da gestão de resíduos sólidos (SILVA, 2015).

Em Sergipe, o tema da gestão dos resíduos sólidos mediante a forma consórcio, a despeito do marco legal 12.305/2010, já vinha sendo discutido há muitos anos. Isso faz de uma sociogênese do Consórcio referente à região metropolitana de Aracaju uma tarefa complicada, se se tomar a referida lei como ponto de partida, sobretudo, pois o debate suscitado por ela não se inicia em 2010, mas ao longo dos 20 anos que demorou para se constituir (SILVA, 2015). Esta parece ter sido a limitação de trabalhos anteriores sobre o tema (XAVIER, 2018), que partem do ano de 2010, quando uma elucidação completa do tema parece requerer um recuo em até quase uma década antes.

Não obstante, aliado à busca por uma melhor compreensão da história do “Consórcio de resíduos sólidos da grande Aracaju”, este trabalho contribui para a compreensão da estrutura estatal e burocrática do Estado de Sergipe e de sua relação com as diversas instituições/organizações/grupos da sociedade em geral, na medida em que intenciona a identificação dos grupos políticos (LANDÉ, 1997) atuantes na formação e na implementação do consórcio a partir de uma perspectiva da burocracia do Estado norteada pela teoria das redes sociais (MARQUES, 2005).

### **Marco teórico**

Recorrentemente o Estado é concebido nos termos de uma instituição burocrática, com corpos de pessoal técnicos bem definidos e de perfil racional. Nesta acepção, a máquina estatal é concebida como uma solucionadora de problemas públicos, armada com *experts* aptos a identificar os problemas e a formular soluções. Esta visão do Estado como um solucionador de problemas públicos está assentada numa longa tradição teórica da Ciência Política, que tem em seus fundamentos uma determinada leitura funcionalista de Max Weber e suas teses sobre a burocracia estatal (SOUZA LIMA; CASTRO, 2015). Algumas palavras podem ser ditas a respeito desta tese.

Em primeiro lugar, a partir da Sociologia, é preciso notar que os problemas públicos não estão dados de antemão. Eles precisam ser formulados e alçados ao público. A formação da agenda governamental (CORTES; LIMA, p. 2012) é um tema



recorrente na pauta sociológica, sobretudo quando se compreende que a construção dos problemas públicos é uma construção propriamente valorativa e social e que a agenda do governo muitas vezes esconde um longo processo de disputa por legitimação entre diversos problemas (HANNIGAN, 2009). Além disso, os problemas podem ser construídos e resolvidos mesmo fora da esfera do Governo e nem por isso serem menos públicos (CORTES; LIMA, 2012).

Esta formulação revela uma outra linha de reflexão, da Antropologia, mas que trabalha num mesmo sentido: o de repensar o conceito de Estado e as suas propriedades. Em outras palavras, a Antropologia tende a conter teses que desqualificam propriedades essenciais do Estado e das suas funções, dada a verificação de formas de exercer a política que não necessariamente passam pela forma dos Estados-nação (OLIVEIRA, 2015). Neste sentido, autores como Antônio de Souza Lima e João Paulo Castro se esforçam por propor que o conceito de “público” seja substituído pelo de “governabilidade”, na acepção de Foucault. Com isso, almejam que se passe a conceber como Estado não uma instituição com um quadro de propriedades, mas qualquer instituição, grupo ou ator que concentre em si ações ou funções que se possam dizer de governo de uma coletividade como, por exemplo, uma ONG que classifica determinado grupo e com isso reconhece sua identidade ou mesmo cria esta identidade, determinando a permanência desta no tempo, condutas, etc.

Esta proposta se justapõe a toda uma tendência, também bastante própria da Antropologia, de buscar quebrar com a acepção ainda colonialista e evolucionista que naturaliza determinadas formas sociais como “ocidentais” e “modernas” e julga tudo o que é brasileiro como “atrasado”, “não desenvolvido”, etc. Na tendência corrente de se observar a realidade brasileira, incluindo a política, sempre importada de categorias e teorias europeias, haveria na sociedade uma crescente autonomização dos campos sociais, inclusive o político, com regras e lógicas próprias, autossuficientes e uma predominância de modos de dominação impessoais.

Mas uma análise reflexiva e propriamente etnográfica mostra que essas teses são demasiado generalizantes e em grande medida inadequadas para se compreender a realidade brasileira e sergipana, sobretudo se tomadas a partir de uma ótica dedutivista. (OLIVEIRA, 2015; OLIVEIRA,



PETRARCA, 2016; 2017). Cada vez mais estudos têm demonstrado a importância das relações pessoais no funcionamento da máquina estatal, uma vez que permite e auxilia no funcionamento da burocracia cotidiana, além de que a própria burocracia é um espaço de formação de redes de relações pessoais e de encontro de trajetórias, e não apenas uma atividade de troca de ofícios e demandas (DA COSTA, 2015; MARQUES, 2015).

Ao mesmo tempo, o presente trabalho não compreende que a formação de redes de relações na dinâmica da burocracia resulte sempre numa forma de fazer política baseada numa lógica de reciprocidade, de troca, que é sempre dual e sempre oposta a uma perspectiva de Grupos, como é para Carl H. Landé (1997) em “Política de grupo e política diádica”. Não obstante seja típico considerar como uma forma “avançada” e “moderna” de se fazer política como a mobilização grupal, enquanto seria típico do “atrasado” ou “tradicional”, uma política sustentada em relações mais isoladas, suportadas por trocas recíprocas, parece ser perfeitamente possível considerar que haja uma política baseada em *Grupos*, nos quais os atores se unem não apenas por afinidades de interesse e de objetivo, mas também pelas mesmas razões que Marques (2005) compreende como sendo definidoras da estruturação das relações em redes, ou seja, se unem na medida em que estabelecem redes, relações pessoais, trajetórias comuns em espaços sociais compartilhados, etc.

### **Uma história política do CONSBAJU: O Grupo do Ministério Público**

A gênese daquilo que veio a se denominar de Consórcio de Saneamento básico da Grande Aracaju – CONSBAJU comporta algumas dificuldades, impostas pelas construções narrativas diversas, oficiais e em decorrência de outros trabalhos acadêmicos, a respeito da referida instituição. Como resultado do confronto com o material empírico coletado, conclui-se que uma sociogênese do Consórcio de Saneamento Básico da Grande Aracaju – CONSBAJU deve ser tratada a partir da constatação da existência histórica de dois Consórcios. Um deles, ao que tudo indica, já é datado – tem um início e um fim; e um outro, que é posterior e que pode ter sua gênese auferida à lei 12.305/2010. Este consórcio surge como uma



instituição cuja narrativa sobre si é carregada de ineditismo, de iniciativa e que parece ter alcançado êxito em se distanciar, num sentido simbólico e político.

O Consórcio de resíduos sólidos da região metropolitana da grande Aracaju número 1 (um), que a partir de agora se passa a denominar de “Consórcio 1”, pode ter sua gênese delimitada em 2006, quando a ideia de uma Aliança Consorciada entre os municípios da região da Grande Aracaju, sempre com destaque aos municípios de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Aracaju. Esta iniciativa aparece fomentada pelo Ministério Público Estadual e Federal, cujas primeiras ações encontradas na pesquisa datam de 2003, a partir de um Grupo de Trabalho formado especificamente para fomentar a substituição dos lixões por aterros em todo o estado e cujo principal representante, que voltará a aparecer no trabalho, parece ser o Promotor Sandro Luiz da Costa. Por se tratar de um grupo de atores agindo conjuntamente, a partir de interesses comuns e atuando em relação a outros atores/instituições/grupos do contexto político da época, delimita-se aqui o primeiro “Grupo Político”, identificado em relação à formação do que aqui se denominou de “Consórcio público da região da Grande Aracaju”, mais especificamente em relação ao Consórcio 1.

Inserir-se neste grupo também o Prof. José Fernando Thomé Jucá, e isso deve-se à identificação de uma relação entre ele e o Grupo do Ministério Público da época. Os indícios desta relação se manifestam numa aproximação explícita de interesses políticos (o de incentivar a formação do Consórcio 1) e também numa aproximação de índole mais pessoal. Esta suposição tem como base a notícia *MP: Aracaju e Socorro sem interesse para acabar com lixões*, de 21 de junho de 2006, na qual o Promotor de Justiça Sandro Costa demonstra grande apreço pela vinda do Professor e que “*Cancelou tudo para ir*” a um workshop realizado por Jucá em Aracaju sobre o tema. A construção desta hipótese da existência de uma relação de caráter mais pessoal e menos “técnico”, “profissional” – ou algo que se poderia caracterizar por termos correlatos – é importante no sentido da investigação das hipóteses e do conjunto teórico a respeito do Estado e da Burocracia, da formação de alianças e de grupos políticos que norteiam este plano de trabalho (OLIVEIRA, 2015; MARQUES, 2006; Da COSTA, 2015). Tal hipótese, no entanto, se apresenta tão somente como um indicativo para pesquisas futuras e não parece haver indícios suficientes para comprová-la, mas tão somente para sugeri-la.



Antes de 2010, o Ministério Público era, de fato, o principal ator político na busca pela consolidação dos principais programas que depois viriam a ser Lei, como o fechamento dos lixões e a abertura de Aterros, bem como a valorização econômica e social da categoria dos Catadores. Exemplos dessa atuação podem ser a instalação de uma nova unidade de processamento de PETs (garradas de refrigerante) em granulados na Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE), em 2006<sup>3</sup>, localizada no bairro Santa Maria, em Aracaju. O projeto foi desenvolvido em colaboração com a Petrobrás, a Fundação Banco do Brasil e a UFS/Unitrabalho. Ainda não foram encontrados os atores concretos responsáveis pela aliança entre o grupo do Ministério Público da época formado para trabalhar a favor da instalação de aterros e a Petrobrás e a Fundação Banco do Brasil; em relação a UFS/Unitrabalho o presente trabalho pôde encontrar o relatório resultante da consultoria oferecida pela UFS à CARE através do professor Antonio Ramirez Hidalgo do Departamento de Engenharia Elétrica da UFS<sup>4</sup>.

Em 2006, os MPs formam um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com os réus da ação civil publica aberta em 2006. O acordo proposto pelo TAC definia o fechamento dos lixões nos municípios de Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro e o comprometimento por parte dos municípios na implementação de um aterro em conjunto, além de realizar operações mitigatórias nas áreas dos antigos lixões. Em 2007 há uma reunião entre os três prefeitos citados acima e também com o da Barra dos coqueiros. Este seria o marco inicial do Consórcio 1, no qual se delimita também a área do aterro do consórcio a ser fundado entre as cidades, na cidade de Nossa Senhora do Socorro, região conhecida como Palestina. É interessante notar como essas instituições, que em 2006 estavam ligadas ao Ministério Público, não voltam a aparecer nas ações desenvolvidas posteriormente a 2010, no Consórcio 2.

Um dos últimos atores do Ministério Público deste primeiro Grupo Político a ser encontrado após 2010 é ainda Sandro Luiz da Costa, em

<sup>3</sup> UFS / Unitrabalho e Fundação Banco do Brasil se unem para melhoria da CARE. (Ne Notícias, 07/02/2006)

<sup>4</sup> O relatório da consultoria está disponível no domínio "<https://docpl.niversidade-federal-de-sergipe-ufs-nucleo-local-da-unitrabalho-plano-de-me-cooperativa-de-agentes-autonomos-de-reciclagem-de-aracaju-care.html>"





2013, alguns dias após o Prefeito João Alves Filho, segundo notícia de 11/04/2013 “Manda fechar o Lixão de santa maria”. O referido promotor de justiça aparece em 22/04/2013 e a sua atuação agora se refere a cidade de Nossa Senhora do Socorro, quando viabiliza a criação de uma cooperativa de catadores na cidade em questão. Na mesma notícia, Adriano dos Santos, presidente da Central Recicle – Cooperativa de catadores de material reciclável do Estado de Sergipe, atribuiu à ação do Ministério

Público na cidade um papel de fundamental importância. Na ocasião, o referido promotor de justiça é apresentado juntamente a atores do ministério público não apresentados no Relatório 1. São atores ligados a ele e apontados como também responsáveis pelos trabalhos em socorro. São eles a Corregedora Geral do MP, Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça, do Secretário Geral José Rony da Silva Almeida e o Assessor da Coordenadoria Geral, Eduardo D’ávila Fontes.

Ao que consta, o grupo de trabalho do Ministério Público Estadual e Federal possuía a seguinte composição de atores:

#### **Grupo político 1: Grupo do Ministério Público**

<b>Atores</b>	<b>Instituições</b>
Promotor de Justiça Augusto Resende	MP/SE
Promotor de Justiça Sandro Costa	MP/SE
Promotor de Justiça Eduardo Matos	MP/SE
Procuradora Regional da República Gicelma Nascimento	MP/SE
Procurador de Justiça Gilton Feitosa	MP/SE
Prof. José Fernando Thomé Jucá, do Grupo de Resíduos Sólidos	UFPE
Corregedora Geral do MP, Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça	MP/SE
Euza Missano Costa	MP/SE
Secretário Geral José Rony da Silva Almeida	MP/SE
Assessor da Coordenadoria Geral, Eduardo D’Ávila Fontes	MP/SE
Fernando Matos	MP/SE
Fundação Banco do Brasil	
Prof. Antonio Ramirez Hidalgo	UFS/Unitrabalho
	Petrobrás
Presidente Adriano dos Santos	Central recicle
Presidente Veneide Santos	CARE

#### **Uma história política do CONSBAJU: o Grupo de Edvaldo Nogueira**

A respeito da oposição demarcada entre os Consórcios 1 e o 2 em 2010, e que talvez seja mais precisamente demarcada em 2013 (ano em que assume nova gestão municipal em Aracaju, com João Alves Filho) a fala da Vereadora Lucimada Passos (PCdoB/SE), em 25 de Abril de 2013, é fundamental. Agora há mais indícios



para se atribuir a essa oposição uma espécie de “construção pública dos discursos” de uma causa política.

Na verdade, a fala da Vereadora permite estabelecer concretamente uma ligação entre a rede de relações do Grupo Político 1: Grupo do Ministério Público com um novo grupo político, o que agora passa a ser denominado de Grupo político 4: Grupo de Edvaldo Nogueira e oposto a outro grupo, que agora passa a se denominar de Grupo Político 5: Grupo da Estre Ambiental e cujos contornos serão definidos no próximo tópico. O Grupo da Este Ambiental também parece poder ser ligado a uma nova rede de atores do Ministério Público e também dos Tribunais de justiça, mesmo que a atuação destes remeta ao período posterior a 2009, como se verá adiante. Na sua fala, Lucimara Passos, vereadora do PCdoB/SE, acusa a atual gestão da prefeitura de não ter dado alternativas aos catadores após o fechamento do lixão de Santa Maria. Além disso, aponta para uma série de atores da gestão anterior:

Fatos e discurso: “A estação que está recebendo os resíduos sólidos foi licenciada em março de 2013. E só existe estação de transbordo porque Aracaju, em 2012, bateu o pé e mostrou que não podia pagar os tantos milhões a mais que eram necessários para levar os caminhões de Aracaju até Rosário do Catete. Só existe hoje possibilidade de encerrar o lixão do Santa Maria porque Edvaldo Nogueira, enquanto prefeito, Lucimara Passos, Oswaldo Nascimento, Silvio Santos, João Andrade e Fábio Silva atuaram de forma insistente buscando atingir esse objetivo”, defende categoricamente a vereadora. “Não podemos admitir que propaganda enganosa seja feita com objetivos políticos”, conclui. (Ne Notícias, “Não podemos admitir propaganda enganosa”, 25/04/2013).

Lucimara ainda acrescenta que um projeto de recuperação da área degradada foi produzido em 2012, na gestão de Edvaldo sob a supervisão do professor Fernando Jucá, o mesmo que anteriormente aparece no Grupo 1 em aliança com Sandro da Costa e que a nova gestão estava empenhada na construção de um novo projeto, ignorando o anterior. Nesta fala, é possível começar a delimitar a rede de relações que comporia o Grupo Político 4. A esse grupo pode ser apontado a instituição TORRE, empresa a qual a Estre ambiental frequentemente se contraporá no futuro e que voltará a reaparecer no cenário político em 2018, quando Edvaldo Nogueira retorna a prefeitura.

Além disso, dado o reaparecimento do professor Jucá, da UFPE, em mais um Grupo, é possível hipotetizar a respeito de uma relação mais estreita entre o Grupo 1: Grupo do Ministério Público e o Grupo 4: grupo de Edvaldo Nogueira:





#### **Grupo Político 4: Grupo de Edvaldo Nogueira**

<b>Atores</b>	<b>Instituições</b>
Edvaldo Nogueira	Prefeitura municipal de Aracaju/PCdoB
Lucimara Passos	Câmara dos Vereadores de Aracaju
Osvaldo Nascimento <sup>5</sup>	EMSURB/SMTT
Silvio Santos	Vice-Prefeito da PMA
Presidente João Andrade	BANESE
Presidente Fábio Silva	EMSURB
Prof. José Fernando Thomé Jucá	Associação Tecnológica da Universidade Federal de Pernambuco.
	TORRE

#### **Uma história política do CONSBAJU: o Grupo da ADEMA**

Como identificado em entrevista realizada com Kelma Maria Vitorino (ABES/IFS), e também no trabalho de Jair Xavier (2018) a implementação do aterro sanitário na área da Palestina, objetivo do Consórcio 1, não se concretizou<sup>6</sup>. Uma das razões destacadas, tanto na referida entrevista quanto no trabalho de Xavier (2018) foi a atuação da Instituição ADEMA. Sempre relatada isoladamente, a ADEMA recorrentemente aparece como a instituição responsável pelo embargo das obras. É possível, no entanto, identificar, à época, um conjunto de instituições e também de alguns atores que se manifestavam contrariamente à obra.

Em 2010, o Instituto Sócio-Ambiental Acauã, cujo presidente é Antônio José de Góis, o “Goisinho”, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, os Sindicatos dos Jornalistas e dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Sergipe e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST acima protocolaram na ADEMA o indeferimento do

<sup>5</sup> Osvaldo Nascimento, segundo informações que puderam ser coletadas, foi diretor-presidente da Emsurb – Empresa Municipal de Serviços Urbanos nos anos de 2002 e também de 2003 e 2004. (<http://www.institutomarcelodeda.com.br/populacao-destaca-eficiencia-no-sistema-de-coleta-delixo-em-aracaju/>; <https://infonet.com.br/noticias/cidade/catadores-estao-sendo-retirados-da-lixeirada-terra-dura/>) Não foram encontradas informações online de atuações posteriores. Depois será secretário de Estado da Infraestrutura e presidente da Cohidro (Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe). EM 2010, Osvaldo Nascimento, é superintendente Municipal de Transportes e Trânsito de Aracaju (SMTT). (<https://a8se.com/sergipe/noticia/2010/04/10680-smmt-de-aracaju-tera-osvaldo-nascimento-nocomando.html>) Ainda em 2016 Osvaldo Nascimento atuava como engenheiro na DESO (Companhia de saneamento de Sergipe), o que ele já era em 2010. (<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/04/deso-interdita-avenidas-para-obra-de-esgotamentona-arua-na-em-aracaju.html>)

<sup>6</sup> O prefeito da cidade de Nossa Senhora do Socorro diversas vezes mostrou-se contrário à obra, afirmando não ter participado das discussões, que nunca saíram de fato do papel. Seu posicionamento já foi suficientemente analisado em outro trabalho (XAVIER, 2018).



Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para o

aterro, alegando tratar-se de mesmo projeto já indeferido pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA), em 2006. Também ao longo de todo um período de debate em torno da obra na palestina, o Deputado Estadual Iran Barbosa (PT) manifesta-se contrariamente ao aterro na Palestina, uma vez que havia interesses em torná-lo uma iniciativa privada – ainda que concordasse com a necessidade do aterro. Assim, a Tabela abaixo resume o que se poderia denominar como “Grupo Político 2”.

As primeiras quatro instituições da tabela notoriamente atuaram como um grupo organizado. A participação da ADEMA no mesmo grupo de interesses pode ser sugerida como hipótese a partir de indícios etnográficos (Entrevista com a Kelma Maria Vitorino) e também a partir de bibliografia precedente, em Xavier (2018). A ligação com o Deputado do Partido dos Trabalhadores (PT) pode ser aferida a partir de alguns indícios, que são as similaridades nos interesses ou opiniões (contrários ao aterro) e a identificação político-partidária ou, se se preferir, de espectro “ideológico-político”, ou termos semelhantes, referentes as aproximações políticas dedutíveis entre movimentos como o MST, a CUT e o PT.

#### **Grupo Político 2: Grupo da Adema**

<b>Atores</b>	<b>Instituições</b>
(Presidente do Instituto) Antônio José de Góis, o Goisinho	Instituto Sócio-Ambiental Acauã
	Central Única dos Trabalhadores – CUT
Sindicatos dos Jornalistas e dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Sergipe	Sindicatos dos Jornalistas e dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Sergipe
Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
ADEMA	
Irã Barbosa	Partido dos Trabalhadores (PT)

#### **Uma história política do CONSBAJU: o segundo consórcio**

Em 2010 é implementada a lei 12.304/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Desde então, ela vem sendo tomada como um marco na gestão de

resíduos sólidos em todo o Brasil, sobretudo pelo reforço que oferece à política de consórcios de resíduos, especialmente com o fim de auxiliar os municípios de menor



porte e com menor capacidade de lidar com a gestão dos resíduos. Em Sergipe, mais

especificamente na questão do Consórcio referente à região metropolitana da grande

Aracaju, é perceptível que a referida lei teve um efeito – talvez fosse melhor dizer “foi apropriada de forma a ter o efeito” – de fazer esquecer os esforços políticos e institucionais que se referem ao Consórcio 1.

Em entrevista com o Superintendente do Consórcio Público de Saneamento Básico da Grande Aracaju (CONSBAJU), Evaldino Calazans, algumas falas se destacam em relação a esse “marco histórico” que foi a lei 12.304/2010. Ao ser questionado sobre a origem do Consórcio da Grande Aracaju, ele inicia já com a referida lei. A partir dela, do debate gerado em âmbito federal e da repartição do território do estado de Sergipe em quatro consórcios, a partir de um estudo de regionalização é que teria se iniciado o processo de criação e implementação do CONSBAJU.

A lei 12.304, e a figura dos consórcios, vêm, segundo sua fala, no sentido de auxiliar que municípios pequenos lidem com seus resíduos. No discurso em torno do Consórcio 1 a perspectiva não é esta. Na verdade, ele seria um consórcio referente ao atendimento das necessidades de municípios de grande porte, como Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e das dificuldades próprias de sua realidade – como o de Aracaju não ter área própria para um Aterro. Não obstante, quando, durante a entrevista, o entrevistado foi interrogado a respeito da existência de iniciativas anteriores de criação de um consórcio para a grande Aracaju, está é a sua fala: É... No caso... A região Metro.... Tem os consórcios, que não é dos resíduos sólidos, mas é do transporte né... Que já é... Que serviu de modelo pra nós montássemos o nosso consórcio. E hoje no estado tem também outro consórcio que trabalha no Baixo São Francisco que trabalha com saúde, remédio... Voltado pra saúde (ENTREVISTA CONCEDIDA DIA 13/05/2019).

E reitera que o consórcio dele foi um dos que deu mais trabalho para se consolidar e/ou formalizar:

Por que os prefeitos tinham que assinar um protocolo de intenção. Depois dele assinado, mostrando que o município tem interesse em participar do consórcio, tem que ir pra câmara e os vereadores tem que aprovar que o município tem interesse em participar... E isso demorou por que... Algumas pessoas falavam que a câmara tinha minoria, os vereadores não aprovava... E aí sentiram essa dificuldade... E pelo fato que também tinha alguns municípios que não queriam, alguns prefeitos não queriam... Como é o caso de Aracaju E Socorro... E Rosário... Que não quis participar. "Ahh não quero porque vai trabalhar só..." Aracaju a gente entende, e Socorro. Municípios que têm boa arrecadação... Estrutura maior... E



população maior... Entenderam não participar do consorcio "e isso também demorou com que o consórcio da grande Aracaju fosse formado..." (ENTREVISTA CONCEDIDA DIA 13/05/2019).

O CONSBAJU foi o consórcio que mais demorou a se consolidar. Pela regionalização, o Consórcio 2 é composto por 11 municípios (bastante diferente do projeto do Consorcio 1, inicialmente com três (Aracaju, N.S do Socorro e São Cristóvão, depois talvez acrescido da Barra dos coqueiros), dos quais apenas oito são consorciados. Ficaram de fora Aracaju, N.S do Socorro e Rosário do Catete, sob o argumento (segundo o Superintendente do CONSBAJU) de que fariam a coleta por conta própria.

Em maio de 2013 é assinado o protocolo de intenções para a criação do Consórcio Público de Saneamento Básico da Grande Aracaju (CONSBAJU), sendo eleita no dia 29 do mesmo mês a nova Mesa Diretora do consórcio. O Plano Intermunicipal dos Resíduos Sólidos da Grande Aracaju (PISGA), por sua vez, só foi apresentado em dezembro de 2016. Entregue pela SEMARH, em parceria com o Consórcio da Grande Aracaju e apoio do Ministério do Meio Ambiente e da Caixa Econômica. O consórcio ainda não possuía um aterro adequado para destinação dos resíduos e estipulava um período de 20 anos, com metas definidas, para que todos os parâmetros previstos no Plano Nacional de resíduos fossem cumpridos. Paralelamente a formação dificultosa do CONSBAJU, o município de Aracaju, sobretudo, está na agenda pública imerso num contexto que envolve empresas privadas, protestos e escândalos de corrupção em torno da coleta do lixo.

Pouco após a lei 12.305/2010, em torno de 2011, a empresa ESTRE ambiental começa a se estabelecer em Sergipe. Sua chegada, amplamente denunciada pelo site de notícias *Ne Notícias*, é compreendida pela opinião pública como um confronto direto com uma empresa que há muito domina o mercado do lixo em Sergipe, a TORRE Empreendimentos. A segunda década do século XX, em Sergipe, no que se refere ao lixo, é marcada pelo debate público em torno do envolvimento de atores políticos com a iniciativa privada da TORRE e da ESTRE ambiental, o que fomenta até mesmo uma CPI do Lixo, para investigar relações ilícitas entre a Prefeitura e empresas privadas.

A empresa Estre ambiental possuía, já em 2011, um aterro ambiental em Rosário do Catete. Neste ano, por decisão movida por ações dos MP Federal e



Estadual, ainda em relação àquele Termo de Ajustamento de Conduta, de 2006, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão são obrigadas a depositar seu lixo no aterro da Estre. Em 2013, o então prefeito João Alves fecha o lixão de Santa Maria e direciona os resíduos também para o aterro da Estre em Rosário do Catete. EM 2016, como o retorno de Edvaldo Nogueira à prefeitura, a empresa TORRE volta a ganhar espaço, inclusive sob acusações de relações ilegais com a prefeitura.

Este quadro traçado acima, que pode ser encontrado melhor explicitado em outro trabalho (XAVIER, 2018), no entanto, não nos interessa, de imediato, à compreensão do processo de consolidação do Consórcio 2, especialmente pois envolve principalmente alguns dos municípios que desde o início decidiram ficar de fora do consórcio.

O que é relevante da relação entre o CONSBAJU, e que sai da esfera da especulação, é que mais proximamente em 2018 o CONSBAJU começa a busca pela interação com a iniciativa privada. Em 2018 o aterro referente ao consórcio metropolitano ainda não havia sido instalado. Prova disso é a realização, em agosto, do Fórum de Alternativas Locacionais e Soluções Tecnológicas para Destinação Final dos Resíduos Sólidos. O Fórum contou com diversas apresentações e visava encontrar uma solução ao fato de que ainda não fora encontrado um local adequado para se instalar o aterro. Sete dias após o Fórum, em 27 de agosto de 2018, houve uma solenidade, na qual o secretário de Estado do Meio Ambiente e dos recursos hídricos, Olivier Chagas, participou de cerimônia de assinaturas para convênio de cooperação técnica, edital de chamamento público e termo de autorização para habilitação de empresas, entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (AGRESE) e os Consórcios Públicos de Saneamento Básico da Grande Aracaju, Sul e Centro sul e Agreste Central. À época, o estado de Sergipe tinha apenas um aterro sanitário ativo e de origem privada. Estes atos marcam uma tentativa de construir uma parceria entre a esfera pública e a privada, tendo em vista cumprir com os objetivos do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Entre as empresas citadas na matéria encontrada no sítio eletrônico da Infonet e que participaram do ato, estão a Cavo Serviços e Saneamento, Sinertec, Eco Tuwa e o Consórcio composto por quatro empresas, Sanpac Tecnologia Ambiental Ltda, P4 Concessões e Consultoria Eireli – EPP – (P4), Kappex Assessoria e Participação Eireli e Kurica Ambiental. Elas teriam noventa dias para



apresentarem estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, ambiental e jurídica para a destinação dos resíduos sólidos dos municípios integrantes do CPAC, a que se refere o Edital de Chamamento nº 04/2018.

No final de 2018, final de novembro, o Instituto Estre, como consta numa notícia

divulgada em seu site, se aproxima dos consórcios públicos de Sergipe, com o qual estabelece “parcerias e ações conjuntas para a aplicação do debate sobre educação ambiental e a problemática dos resíduos sólidos urbanos na região”<sup>7</sup>. Até a data da notícia publicada no site do Instituto, 28 de novembro de 2018, a Estre havia realizado reuniões com três dos consórcios e uma quarta já estava prevista. As primeiras atividades com os consórcios estavam previstas para o início de 2019, entre elas cursos de capacitação com certificação.

### **Uma história política do CONSBAJU: Relação com jurídico**

Os anos posteriores a 2013, com a concomitante ascensão de João Alves Filho a prefeitura de Aracaju, são notadamente marcados pelo estabelecimento da empresa Estre Ambiental em Sergipe. É possível acompanhar melhor esse processo e também estabelecer melhor a conexão da empresa com o campo jurídico, notadamente através dos Juízes.

Carlos Benjamim, Diretor de Administração do TJSE, em 15 de junho de 2012, comunica ao Ne Noticias a criação de um Portal de Responsabilidade Ambiental. Argumenta que desde 2009 o TJ/SE “vem se propondo a ser responsável ambientalmente”. O Portal contaria com um canal direto de comunicação com a sociedade. De fato, anteriormente a 2009 o número de notícias que relatam ações envolvendo os Tribunais são praticamente nulos. Em todo o banco de dados somente uma traz o Judiciário como ator em 2008, envolvendo a cidade Campo do Brito<sup>8</sup>. É em 2009 que as cidades de Itabaiana<sup>9</sup> e também Aracaju, São Cristóvão e

---

<sup>7</sup><http://www.institutoestre.org.br/2018/11/28/parcerias-com-consorcios-publicos-em-sergipe/>. Acessado em 10 de janeiro de 2019.

<sup>8</sup> “Justiça de Campo do Brito determina que município implante aterro sanitário.” (29/01/2009).

<sup>9</sup> “Judiciário determina o fim do lixão de Itabaiana.” (12/02/2009).





Nossa Senhora do Socorro passam a ser alvo do judiciário<sup>10</sup>. Em 2009 o Juiz Fábio Cordeiro Lima, da 1ª vara de Sergipe conduz uma audiência pública para fazer concretizar o cumprimento da construção do Aterro controlado na Palestina, em Nossa Senhora do Socorro. Em 2010, o mesmo juiz, à pedido do MPF e MP/SE promove nova audiência pública para tratar ainda do continuo descumprimento dos termos do TAC de 2006. Em 2011 uma decisão judicial é tomada (desta vez o Juiz não é apontado na notícia; mas tampouco os promotores do MP envolvidos). Aqui, os municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão são intimados a passar a depositar seus resíduos no aterro sanitário licenciado presente em Rosário do Catete, de propriedade da Estre Ambiental.

Além disso, a empresa Torre também foi intimada a não depositar mais resíduos em nenhum dos lixões, sob pena de multa. Em 2012 a Juíza Federal Telma Maria Santos homologa acordo entre São Cristóvão e MP suspendendo a execução da multa, uma vez que o município se comprometeu a enviar o lixo para o aterro da Estre. Ainda em 2012 o MPF e MP/SE executam ação cobrando a multa prevista pelo descumprimento do TAC por Aracaju; neste momento Socorro já havia firmado acordo com a Estre. Em 2013 finalmente ocorre o fechamento do lixão de Santa Maria, na gestão de João Alves. João Alves (DEM) e o prefeito Fábio Henrique (PDT) são noticiados juntos em solenidade para apresentar o que o secretário municipal e meio ambiente de Socorro, Washley Ramos, denomina de “momento histórico para o município”. Também são citados Henrique Matos, Secretário de Comunicação de Nossa Senhora do Socorro e Carlos Batalha - Secretário de Comunicação da Prefeitura de Aracaju.

As ações do poder judiciário não são isoladas das ações de agentes do Ministério Público, mas é importante relatar que somente a partir de 2009 os tribunais se tornam atores presentes na agenda pública ainda que desde 2006, pelo menos, o Ministério Público já estivesse presente em ações a respeito de diversos municípios do Estado com vistas a implantação dos aterros sanitários. No corpo de notícias analisado, as ações que se seguem na agenda dos meios de comunicação após 2009 envolvendo o Poder Judiciário dos tribunais e a questão sanitária se desdobra com ações sempre direcionadas ao caso da Grande Aracaju, de forma

---

<sup>10</sup> “Juiz define procedimentos para implantação de aterro no Bairro Palestina.” (Ne Notícias, 14/08/2009) “Lixões: Prefeitos de Aracaju, Socorro e S. Cristóvão não cumpriram acordo com o MPF/SE.” (Ne Notícias, 11/10/2010)



que as manchetes (com alcance destinado a todo o Estado de Sergipe, pelo menos) nem mesmo se ocupam de apresentar a localidade ao falar do “Aterro sanitário”<sup>11</sup>.

Em 05/02/2013 a Estre Ambiental, “do empresário Wilson Quintella Filho, adquire o controle da empresa de saneamento Geo Vision”. Já em 03/09/2013, “a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT/SE), desembargadora Rita de Cássia Pinheiro de Oliveira, acompanhada de funcionários do órgão, conheceu as instalações da Central de Gerenciamento de Resíduos da Estre Ambiental”. Segundo a notícia a “Estre é a maior empresa de soluções ambientais do Brasil e da América Latina, sediada em Sergipe no município de Rosário do Catete, a 37 quilômetros da capital.” (Ne Notícias, Estre recebe visita da presidente do TRT de Sergipe, 03/02/2013). A visita foi conduzida por Frederico Lima, gerente comercial da Estre Ambiental em Sergipe. Também segundo a notícia, a visita não se deu por uma vistoria ou algo do tipo, mas sim para “oportunizar aos visitantes a vistoria das boas práticas da empresa.”

É importante mencionar que em 2016, no final da gestão de João Alves Filho, (ele será sucedido por Edvaldo Nogueira, que assume em 2017) o Ministério Público do Trabalho de Sergipe MPT/SE passa a ser uma instituição de destaque no que se refere a implementação do PNRS. Aqui é importante destacar também que ainda que os atores do Grupo 1: Grupo do Ministério Público não retornem, o MPT, ainda que seja também “Ministério Público” comporta outros atores e parece poder ser auferido a outro Grupo Político.

Em 30/08/2016, há a notícia do Ne Notícias de que “Caminhões da TORRE são apreendidos e levados para a Polícia Federal”. Na notícia, uma “Denúncia anônima levou o Ministério Público Federal em Sergipe ao flagrante de crime ambiental no município de Laranjeiras.” A procuradora responsável era Livia Tinôco. “Também participaram da fiscalização o Ministério Público do Trabalho, o Ibama, a Polícia Federal e o Pelotão Ambiental.”

Ainda em 2016, em 09/09, “MPT aprofundará investigação sobre coleta de lixo em Sergipe.” Aqui foram encontrados “trabalhadores contratados pelo município de Laranjeiras que não possuem carteira de trabalho assinada nem direitos trabalhistas mínimos, bem como outros trabalhadores (motoristas)” Segundo a fonte,

---

<sup>11</sup> “TRF da 5ª Região suspende decisão sobre aterro.” (Ne Notícias, 23/11/2011); “Justiça Federal toma nova decisão sobre o aterro sanitário.” (Ne Notícias, 22/08/2013); “Justiça Federal em Sergipe suspende mais uma vez obras de aterro da Torre.” (Ne Notícias, 29/11/2016).



eles tinham sido “contratados pela Torre Empreendimentos Rural e Construção LTDA, que despejava os resíduos no lixão ilegal.” O procurador responsável é Raymundo Ribeiro.

Em 2018, Raymundo Ribeiro continua atuando no mesmo sentido: “FPI/SE: Municípios sergipanos descumprem legislação trabalhista” (Ne Noticias, 18/05/2018) Já em 25/06/2018 “A pedido do MP, Justiça determina suspensão das atividades da FECARSE”. A FECARSE é a Federação das Cooperativas dos Catadores e Seleccionadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis de Sergipe.

O sentido político destes fatos ainda não está claro. No entanto, dada a ligação institucional entre o TRT e o MPT e o fato de MPT ter começado a atuar após o ano de 2013 e de a Estre Ambiental ter sido relatada em aliança com o TRT/SE, como visto acima, é viável posicionar os juízes e promotores aqui referidos no mesmo Grupo Político no qual se posiciona a Estre. Senão por alianças diretas, a atuação do poder de judiciário foi fundamental para a consolidação do estabelecimento da referida empresa no estado, sobretudo quando se sabe da concorrência entre esta empresa e a empresa TORRE, ligada ao Grupo Político 4, de Edvaldo – o que é mais um motivo para posicionar a ESTRE, o TRT e o MPT no lado oposto a este e junto ao Grupo Político 5, da Estre, sobretudo pela sua atuação ter começado a se desenvolver após 2013, com a gestão de João Alves Filho. Também é importante lembrar das dificuldades encontradas pelo CONSBAJU para se consolidar, o que somente começou a ser feito após 2017, dificuldades que podem ser remetidas ao não interesse de Aracaju e Socorro em se consorciar (municípios que passaram a depositar seus resíduos no aterro da Estre).

Nos anos que se seguem a gestão de João Alves Filho na PMA, uma nova instituição aparece no espaço público referente a implementação da PNRS, notadamente a partir de 2014: o Sebrae. Em 11/03/2014 a Sebrae e o MPE discutem um projeto referente ao bairro Santa Maria. O projeto visava promover o desenvolvimento econômico do bairro e o *empreendedorismo*. Segundo a notícia, já seriam parceiros do projeto as seguintes instituições: Cooperativa Catadores do Bairro Santa Maria (Coores), a Junior Achievement, o Instituto G Barbosa, a Cooperativa Agentes de Reciclagem Aracaju (Care), o Instituto Rahamin, a Associação de Mulheres Trabalhadoras em Reciclagem (Mater), a Energisa e a Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (Seides).



Em 29/01/2015 “um projeto desenvolvido por quatro instituições pretende promover a inclusão socioambiental de catadores e coletores de materiais recicláveis.” As instituições são Sebrae, Secretaria de estado de meio ambiente e dos recursos Hídricos, Secretaria Nacional De economia solidária e Ministério do trabalho e Emprego. EM 24/03/2015 o Conselho Deliberativo do Sebrae presta homenagem ao seu antigo presidente, o empresário Antônio Carlos Araújo, que ocupou o cargo de 2011 a 2013. O atual presidente estava presente, Gilson Figueiredo. Na reunião foram apresentadas as metas para a PNRS e o superintendente estadual do Banco do Nordeste (BNB) apresentou aos conselheiros as linhas de crédito destinadas aos micro e pequenos empresários.

Há outros atores identificáveis como estando ligados a esse projeto, e ao projeto geral de promover o empreendedorismo dos catadores e o desenvolvimento econômico. São eles: o superintendente do Sebrae, Emanuel Sobral; também o secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Olivier Chagas; o consultor do Sebrae Edmilson Suassuna; Adriano Santos, agora representando o Movimento Nacional dos Catadores volta a aparecer.

Em 2017 é noticiado que Wilson Quintella Filho, da Estre Ambiental, com apoio da Fundação Mamíferos aquáticos e Fundação ecoar deram início a produção de uma série denominada “Lixo é só o começo”. Devido a participação etnográfica de evento promovido pela Fundação mamíferos aquáticos durante a “Semana lixo zero”, sabe-se que a fundação está ligada a Universidade Pío Décimo. Diante do exposto, parece que o Grupo Político 5, que pode ser auferido a empresa Estre Ambiental possui os seguintes contornos. Esse mapeamento obviamente não é conclusivo, mas apenas um mapeamento provisório e destinado a sucessivas revisões futuras. Ele também deixa de fora uma série de instituições citadas acima. Elas tornariam a tabela demasiado longa, de forma que se privilegiaram os atores, neste caso

#### **Grupo Político 5: Grupo da Estre**

<b>Atores</b>	<b>Instituições</b>
Empresário Wilson Quintela Filho	Estre Ambiental
	Geo. Vision
Gerente comercial Frederico Lima	Estre Ambiental
Juíza Rita Cássia Pinheiro de	Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região



**III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias**  
08 a 16 de Outubro de 2020 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe

Oliveira	(TRT/SE)
Presidente/Empresário Antônio Carlos Araújo	Sebrae
Presidente Gilson Figueiredo	Sebrae
Superintendente	Sebrae
Consultor Edmilson Suassuna	Sebrae
Fábio Silva	Partido dos Trabalhadores (PT)
Superintendente Estadual do BNB	Banco do Nordeste
	Hotel Aquarius
Maria Neta	Assistência Social de Santa Rosa de Lima
	Fundação mamíferos aquáticos
	Universidade Pio Décimo
	Fundação Ecoar
Secretário Olivier Chagas	SEMARH
Adriano dos Santos	Movimento Nacional dos Catadores
	Cooperativa dos Catadores do Bairro Santa Maria (COORES)
	Junior Achievement
	Instituto G Barbosa
	Cooperativa Agentes de Reciclagem Aracaju (Care)
	Instituto Rahamin
	Associação de Mulheres Trabalhadoras em Reciclagem (Mater)
	Energisa
	Secretaria de Estado da Inclusão
	Assistência e Desenvolvimento Social (Seides)
João Alves Filho	PMA
Fábio Henrique	Prefeitura de N. Srª de Socorro
Diretor Geral Carlos Benjamin	TJ/SE
Fábio Cordeiro Lima	1ª Vara de Sergipe
Cássia Pinheiro de Oliveira	TRT da 20ª região
Livia Tinôco	MP
Raymundo Ribeiro	MP

## Conclusão



A presente investigação se concentrou sobre que se denominou de Consórcio de Saneamento Básico da Grande Aracaju, o CONSBAJU e as suas relações (em redes) com diferentes atores, instituições e grupos políticos do Estado de Sergipe.

Obteve uma narrativa da história de consolidação do CONSBAJU que aponta para a necessidade de se compreender dois momentos históricos distintos política e simbolicamente e demarcados pela lei 12.305/2010. Cada um destes momentos deve ser compreendido pela atuação de diferentes grupos não restringíveis à esfera da política partidária, muito embora ligados a ela e notadamente marcados pela presença do poder judiciário, através do Ministério Público e dos Tribunais de Justiça e da ação de grupos ligados à Universidade e seus Grupos de Pesquisa.

Conclui com a verificação da importância das redes de relações sociais para a articulação política em Sergipe e do seu potencial de constituir e interligar grupos políticos para a análise das Políticas Públicas. Ainda assim, suas conclusões não podem ser tomadas como definitivas e presciendem da continuação da pesquisa e de maior imersão no objeto.

## REFERÊNCIAS

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; KOZICKI, Katya. **“Judicialization of politics and the judicial review of public policies”**. Revista Direito GV 8, no 1 (junho de 2012): 059–085. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322012000100003>.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia da Pesquisa de Campo: produzir e analisar dados etnográficos**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Ed. Univ. de Brasília, 1993.

CARADE, H. O. S. **Políticas Públicas: uma abordagem teórico-metodológica nos campos da ciência política e da antropologia**. CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, 3. n. 8, p. 150–172, dez. 2009.

DA COSTA, T. K. L. **Uma administração pública indígena: ‘Burocratas’ e ‘representantes’ na Secretaria Estadual para os Povos Indígenas (SEIND) do estado do Amazonas**. Revista TOMO, 1 dez. 2015.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental**. Tradução Annahid Burnett. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. v. Coleção sociologia





LANDÉ, Carl H. **Group politics and dyadic politics**. Notes for a theory. In. Schmidt, S. W. et al (eds). Friends, Followers and Factions. Berkeley, University of California Press, 1997, p. 506-510.

MARQUES, Eduardo César. **REDES SOCIAIS E PODER NO ESTADO BRASILEIRO Aprendizados a partir das políticas urbanas**. RBCS Vol. 21 nº. 60 fevereiro/2006.

OLIVEIRA, W. J. F. **Antropologia, Política e Etnografia: fronteiras disciplinares e trabalho de campo**. In: PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. N. (Eds.). Como estudar elites. Série Pesquisa. Curitiba, Paraná, Brasil: Editora UFPR, 2015.

OLIVEIRA, W. J. F.; PETRARCA, F. R. **Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas**. v. 16, p. 34, 2017.

NASCIMENTO; OLIVEIRA; SOUZA. **“Avanço da Maré’, Riscos Ambientais e Estado”**. In. Tomo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. – n. 36 (jan./jun. 2020). São Cristóvão: Editora UFS, 1998.

PETRARCA, F. R. **De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900)**. Revista Brasileira de História, v. 37, n. 74, p. 89–112, 27 abr. 2017.

SILVA, Wanessa de Matos Firmino. **Consórcios públicos na gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil**. 2015. 136 f., il. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

QUIVY, R.; COMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 1 a ed. Lisboa: Gradiva, 1992. SORAYA VARGAS CORTES; LUCIANA LEITE LIMA. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. [s.d.]. Lua Nova, São Paulo 87: 33-62, 2012.

SOUZA LIMA, A. C. DE. **Dossiê Fazendo o Estado: O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal**. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, v. 55, p. 559–564, 2012.

SOUZA LIMA, A. C. DE; CASTRO, J. P. M. **Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s)**. Revista Antropológicas, 2. v. 26, p. 17–54, 2015. XAVIER, Jair da Silva. **Dinâmicas estatais e políticas públicas: uma análise da gestão dos resíduos sólidos**. São Cristóvão, 2018.